



CONSELHO  
FEDERAL DE  
ODONTOLOGIA



## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - EMERGENCIAL

(Inc. VIII, art. 75 da Lei nº 14.133/2021)

UNIDADE GESTORA – 926655 – CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

COTRATAÇÃO DIRETA EMERGENCIAL Nº 02/2025

PROCESSO DE COMPRA Nº 0873/2025

**OBJETO:** Contratação emergencial de empresa para fornecimento de serviço especializado em Tecnologia da Informação para realização de eleições via internet, compreendendo software web específico e toda infraestrutura e suporte necessários à realização do pleito eletrônico para as eleições do ano de 2025 dos Conselhos Regionais de Odontologia do Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, conforme condições, quantidades e especificações descritas no Termo de Referência e seus anexos.

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 779.016,70 (setecentos e setenta e nove mil, dezesseis reais e setenta centavos).

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço Unitário

PROPOSTAS		
ENCAMINHAMENTO	PRAZO	HORA
<a href="mailto:licitacoes@cfo.org.br">licitacoes@cfo.org.br</a>	15/12/2025	08:00
DISPONIBILIZAÇÃO DO AVISO		
Este Aviso de Contratação Direta está disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas ( <a href="https://www.gov.br/pncp/pt-br">https://www.gov.br/pncp/pt-br</a> ) e no Portal de Transparência do CFO		

SHIN CA 7 Lote 2 – Lago Norte

71.503-507–Brasília - DF

Tel: (61) 3033-4499

E-mail: [licitacoes@cfo.org.br](mailto:licitacoes@cfo.org.br) / Site: [www.cfo.org.br](http://www.cfo.org.br)



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - EMERGENCIAL Nº 02/2025**

**(Inc. VIII, art. 75 da Lei nº 14.133/2021)**

**PROCESSO DE COMPRA Nº 0873/2025**

O CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA torna público que, por meio do Setor de Compras e Serviços, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do Inc. VIII, art. 75 da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

**1.1.** Contratação emergencial de empresa para fornecimento de serviço especializado em Tecnologia da Informação para realização de eleições via internet, compreendendo software web específico e toda infraestrutura e suporte necessários à realização do pleito eletrônico para as eleições do ano de 2025 dos Conselhos Regionais de Odontologia do Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, conforme condições, quantidades e especificações descritas no Termo de Referência e seus anexos.

**1.2.** O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**





CONSELHO  
FEDERAL DE  
ODONTOLOGIA



**2.1.** Poderão participar desta dispensa de licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

**2.2.** Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

**2.2.1.** que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

**2.2.2.** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.2.3.** que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

**3.1.** A empresa deverá enviar por e-mail ([licitacoes@cfo.org.br](mailto:licitacoes@cfo.org.br)), até o horário e data limite indicados no preâmbulo, a proposta comercial assinada e digitalizada, elaborada com observância das condições estabelecidas neste documento e seus anexos, devendo constar as seguintes informações:

SHIN CA 7 Lote 2 – Lago Norte

71.503-507–Brasília - DF

Tel: (61) 3033-4499

E-mail: [licitacoes@cfo.org.br](mailto:licitacoes@cfo.org.br) / Site: [www.cfo.org.br](http://www.cfo.org.br)





- 3.1.1.** valor unitário e valor total global, expressos em reais, com valores fixos e irrevogáveis devendo estar inclusas todas as despesas como encargos sociais, tributos incidentes e demais valores que façam parte integrante do preço;
- 3.1.2.** prazo de validade da proposta: no mínimo 60 dias a contar de seu envio;
- 3.1.3.** prazo de vigência do contrato: até 12 (doze) meses;
- 3.1.4.** condição de pagamento: 10 (dez) dias, a contar do recebimento definitivo dos serviços (atestado da nota fiscal), por meio de crédito em conta bancária que deverá ser indicada na proposta;
- 3.1.5.** da empresa:
- a) Número do CNPJ;
  - b) Razão Social;
  - c) Endereço completo;
  - d) Telefone(s) comercial; e
  - e) E-mail comercial
- 3.1.6.** do(s) representante(s):
- a) Nº do CPF;
  - b) Nome completo;
  - c) e-mail; d) Telefone;
  - d) se é sócio administrador; e
  - e) se é signatário do contrato.
- 3.1.7.** Além da proposta, também deverão ser encaminhados, via e-mail, os documentos de habilitação abaixo descritos.
- 3.1.8.** A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 3.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.





CONSELHO  
FEDERAL DE  
ODONTOLOGIA



- 3.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 3.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 3.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Anexo II, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratuais, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.7. Uma vez enviada a proposta no e-mail, os fornecedores **NÃO** poderão reenviá-la, substituí-la ou modificá-la;
- 3.8. No envio da proposta, o fornecedor deverá, também, enviar às seguintes declarações:
- 3.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  - 3.8.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
  - 3.8.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta Emergencial e seus anexos;
  - 3.8.4. que assume a responsabilidade pelas informações fornecidas, assumindo como firmes e verdadeiras;
  - 3.8.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.





CONSELHO  
FEDERAL DE  
ODONTOLOGIA



3.8.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

#### 4. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Para fins de habilitação, deverá a contratada comprovar os seguintes requisitos:

##### 4.1.1. **Habilitação Jurídica**

4.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

4.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

4.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;





CONSELHO  
FEDERAL DE  
ODONTOLOGIA



4.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

4.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

4.1.1.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.1.1.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **4.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.





**4.2.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**4.2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**4.2.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**4.2.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**4.2.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**4.2.8.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **4.3. Qualificação Econômico-Financeira**

**4.3.1.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

**4.3.2.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

**4.3.3.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG),





Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

**4.3.4.** Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

**4.3.5.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**4.3.6.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**4.3.7.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste TR deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**4.3.8.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **4.4. Qualificação Técnica**

**4.4.1.** Como condição de contratação, a empresa classificada com o menor preço deve apresentar atestado(s) de Capacidade Técnica em seu nome, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que registre(m), no mínimo, as exigências abaixo:





- 4.4.1.1.** Comprove e demonstre a execução de serviços de natureza similar ao objeto desta licitação cuja abrangência seja regional ou nacional e por meio da internet, de forma satisfatória;
- 4.4.1.2.** Comprove a quantidade esperada de eleitores, em execução de serviços de natureza similar ao objeto desta licitação, por meio da internet, com efetivação mínima de 71.817 votantes, considerando que será uma eleição unificada apenas aos Regionais de SP, GO, DF e MG, número que representa metade dos aptos ao voto nos termos do quórum eleitoral para o primeiro turno.
- 4.4.1.3.** A exigência de percentual superior a 50% da parcela/objeto mais relevante (que no caso é um apenas) fere a competitividade do certame.
- 4.4.1.4.** A demonstração de realização de eleição/voto com participação de no mínimo 50% do quantitativo de eleitores estimados É JUSTIFICADA pela necessidade de comprovação de capacidade técnica em termos compatíveis com o certame. (TCU - REPRESENTAÇÃO (REPR): RP 14182023, TCE-MG - DENÚNCIA 1171138, TCE-MG - DENÚNCIA 1161109).
- 4.4.1.5.** Comprove que forneceu aplicação web de missão crítica para a internet;
- 4.4.1.6.** Comprove que implementou sistema com banco de dados redundante;
- 4.4.1.7.** O(s) atestado(s) de capacidade técnica deve(m) ser emitido(s) em nome da proponente ou do seu representante, em papel timbrado do emitente e com assinatura e identificação do emissor e telefone/e-mail para contato.
- 4.4.1.8.** A empresa poderá apresentar em um atestado de capacidade técnica as comprovações requeridas, desde que discriminadas apropriadamente ou em mais de um atestado de capacidade técnica, onde o somatório das comprovações atinja o resultado mínimo solicitado.

#### **4.5. Da autenticidade e Validade dos Documentos**





**4.5.1.** As certidões que não tenham prazo de validade expresso no seu corpo, ter-se-ão como válidas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados de sua emissão.

**4.5.2.** Fica dispensada a entrega dos documentos na forma física, desde que tenham sido encaminhados em formato digitalizado, obrigando-se a empresa a mantê-los sob sua guarda e apresentá-los se solicitado pela Administração em qualquer fase da contratação ou execução do objeto.

**4.5.3.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

**4.5.4.** O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

## **5. DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO POR E-MAIL**

**5.1.** A abertura dos e-mails ocorrerá na data e horário indicados no preâmbulo.

**5.2.** O Setor de Licitações procederá à análise da documentação e da proposta de menor preço, verificando sua conformidade, podendo pedir ajustes, correções ou complementações quanto à proposta comercial, fixando-se prazo para tanto, bem como suprir nesta oportunidade eventuais documentos ou informações complementares junto à proponente ou por outros meios disponíveis quanto à aptidão técnica.

**5.2.1.** Em caso de não atendimento às condições de habilitação exigidas, a empresa será desclassificada, sendo analisada a oferta subsequente, respeitando-se a ordem crescente de preço.

**5.3.** A classificação de empresa não gerará obrigação de contratar, podendo o presente procedimento ser cancelado a qualquer tempo pelo CFO.

**5.4.** Havendo propostas iguais ao menor valor, prevalecerá aquele que tiver enviado o e-mail primeiro.

## **6. DA CONTRATAÇÃO**

SHIN CA 7 Lote 2 – Lago Norte

71.503-507-Brasília - DF

Tel: (61) 3033-4499

E-mail: [licitacoes@cfo.org.br](mailto:licitacoes@cfo.org.br) / Site: [www.cfo.org.br](http://www.cfo.org.br)





**6.1.** Após a autorização da Contratação pela Autoridade Competente, será firmado o Termo de Contrato.

**6.2.** Autorizada a contratação direta e ratificada a dispensa de licitação, com fundamento no artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, o(a) vencedor(a) terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

**6.2.1.** O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**6.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa vencedora, implica no reconhecimento de que:

**6.3.1.** referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**6.3.2.** a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

**6.3.3.** a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**6.4.** O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano improrrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta - Emergencial.

**6.5.** Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **7. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

**7.1.** Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATADA deverá declarar ter recebido e concordado com a Política de Privacidade e Proteção de Dados do





Conselho Federal de Odontologia e que adere as ações determinadas no Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados (Anexo VI).

## 8. PENALIDADES

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que, no decorrer do presente procedimento:

- 8.1.1. Não celebrar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- 8.1.2. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 8.1.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- 8.1.4. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;
- 8.1.5. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 8.1.6. Comportar-se de modo inidôneo, e
- 8.1.7. Cometer fraude fiscal.

8.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará impedida de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das multas previstas no contrato, e das demais cominações civil e penal, além de ser descredenciada no SICAF.

8.3. Ainda, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, em caso de inadimplemento parcial ou total das suas obrigações, por qualquer uma das hipóteses previstas nos Incisos I ao IX do Art. 138, da Lei Federal nº 14.133/2021, além das acima elencadas, as penalidades previstas no art. 156 do citado diploma legal, quais sejam:

8.4. Advertência escrita, sempre que verificadas pequenas irregularidades, a juízo da fiscalização, para as quais a CONTRATADA tenha concorrido.

- 8.4.1. Multas moratória e/ou compensatória.
- 8.4.2. Impedimento de licitar e contratar com o CFO, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 8.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que





seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

**8.5.** As penas de multa ficam assim estabelecidas relativas ao fornecimento de bens e prestação de serviços:

**8.5.1.** Moratória diária de 0,03% (três centésimos por cento), sobre o valor do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, limitado a 30 (trinta) dias subsequentes. A partir do trigésimo primeiro dia, configura, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença. Neste caso, o objeto licitatório será adjudicado ao próximo colocado no certame.

**8.5.2.** Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

**8.6.** As sanções, quando couberem, serão aplicadas pela autoridade administrativa, mediante instauração de processo administrativo prévio em que serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**8.7.** A suspensão temporária de atividade e de impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurada a ampla defesa, sempre que a CONTRATADA reincidir na prática de infrações de maior gravidade à Administração.

**8.8.** As sanções supracitadas poderão ser aplicadas à CONTRATADA por período de até 2 (dois) anos.

**8.9.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**9.1.** O procedimento será divulgado no Portal de Transparência do CFO, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e na Imprensa Nacional (DOU).

**9.2.** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:





- 9.2.1.** republicar o presente aviso com uma nova data;
- 9.2.2.** valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- 9.2.2.1.** No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 9.2.3.** fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.3.** As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
- 9.4.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta - Emergencial, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.5.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.6.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.7.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio das propostas observarão o horário de Brasília-DF.
- 9.8.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.





CONSELHO  
FEDERAL DE  
ODONTOLOGIA



**9.9.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta – Emergencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**9.10.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

**9.11.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta – Emergencial e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

**9.12.** Será divulgada Ata no Portal de Transparência do CFO.

**9.13.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**9.13.1.** ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

**9.13.2.** ANEXO II – Termo de Referência

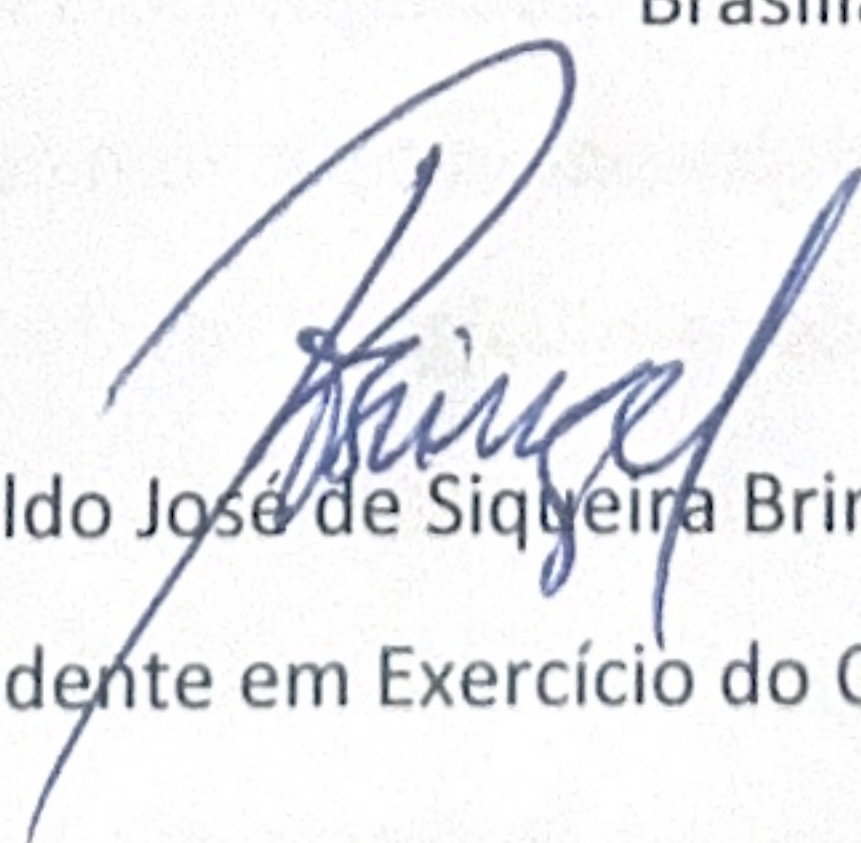
**9.13.3.** ANEXO III – Formação de Preços

**9.13.4.** ANEXO IV – Modelo de Proposta

**9.13.5.** ANEXO V – Minuta do Contrato

**9.13.6.** ANEXO VI – Termo de Confidencialidade

Brasília/DF, 10 de dezembro de 2025.

  
Romildo José de Siqueira Bringel  
Presidente em Exercício do CFO